

ATLÂNTICOLINE, S.A.

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO

**CONSTRUÇÃO DE DOIS NAVIOS ELÉCTRICOS
PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS
PARA OPERAR NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Índice

CAPÍTULO I - OBJECTO E ÂMBITO DO CONCURSO	4
Artigo 1º - Identificação e objeto do concurso	4
Artigo 2º - Entidade adjudicante	4
Artigo 3º - Órgão que tomou a decisão de contratar	4
CAPÍTULO II - FASE DE CANDIDATURAS	4
Artigo 4º - Esclarecimentos, retificação sobre as peças do procedimento e erros ou omissões	4
Artigo 5º - Candidaturas	5
Artigo 6º - Documentos que constituem as candidaturas	6
Artigo 7º - Modo de Apresentação da Candidatura	8
Artigo 8º - Data limite para a apresentação das candidaturas	9
Artigo 9º - Lista de candidatos e consulta das candidaturas apresentadas	9
Artigo 10º - Modelo e critério de qualificação	10
Artigo 11º - Requisitos de capacidade técnica e financeira	10
CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS CANDIDATURAS	12
Artigo 12º - Análise das candidaturas	12
Artigo 13º - Relatório preliminar da fase de qualificação	12
Artigo 14º - Audiência prévia	12
Artigo 15º - Relatório final da fase de qualificação	12
Artigo 16º - Dever de qualificação	12
Artigo 17º - Notificação da decisão de qualificação	13
CAPÍTULO IV - FASE DAS PROPOSTAS	13
Artigo 18º - Convite	13
Artigo 19º - Critério de adjudicação	13
Artigo 20º - Proposta	13
Artigo 21º - Modo de Apresentação das Propostas	17
Artigo 22º - Data limite para a apresentação das propostas	17
Artigo 23º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	17
Artigo 24º - Análise e exclusão das propostas	17
Artigo 25º - Audiência prévia	18
Artigo 26º - Relatório final	18
CAPÍTULO V - HABILITAÇÃO	18
Artigo 27º - Documentos de habilitação	18
Artigo 28º - Idioma dos documentos de habilitação	20
Artigo 29º - Não apresentação dos documentos de habilitação	20

Artigo 30º - Falsidade de documentos e declarações	20
CAPÍTULO VI - CONTRATO	20
Artigo 31º - Minuta do contrato.....	20
Artigo 32º - Celebração do contrato	21
Artigo 33º - Não outorga do contrato	21
Artigo 34º - Caução	21
Artigo 35º - Preço Base.....	22
Artigo 36º - Preço anormalmente baixo.....	22
Artigo 37º - Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário.....	23
Artigo 38º - Comunicações e Notificações	23
Artigo 39º - Assinatura eletrónica	24
Artigo 40º - Despesas e Encargos do candidato ou concorrente	24
Artigo 41º - Legislação aplicável.....	24
ANEXO I – DECLARAÇÃO.....	25
ANEXO II – CAPACIDADE FINANCEIRA	28
ANEXO III – AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS PROPOSTAS.....	29
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO	30
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO BANCÁRIA.....	33
ANEXO VI – MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	34
ANEXO VII – GARANTIA BANCÁRIA	35
ANEXO VIII – MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO.....	37

CAPÍTULO I - OBJECTO E ÂMBITO DO CONCURSO

Artigo 1º- Identificação e objeto do concurso

1. O presente programa regula o procedimento por concurso limitado por prévia qualificação, com publicidade internacional, que tem por objeto a escolha da proposta que servirá de base à outorga de um contrato para a construção de dois navios elétricos, destinados ao transporte de passageiros e viaturas na Região Autónoma dos Açores.
2. O objeto do contrato a que se refere o número anterior abrange para além das construções, certificações, homologações e os aprestamentos dos navios, de acordo com os termos e requisitos constantes nas Memória Descritivas de Referência e Desenho de Arranjo Geral de Referência anexos ao Caderno de Encargos, a realização e desenvolvimento dos respetivos projetos, ensaios e testes dos navios.
3. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como pelo Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, e pela Portaria da RAA n.º 23/2016, de 04 de março.

Artigo 2º- Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Atlânticoline, S.A, pessoa coletiva n.º 512091773, com sede social Rua Conselheiro Miguel da Silveira, 31 – Matriz – 9900-114 – Horta, com o telefone n.º 292 200 381 e correio eletrónico: geral@atlanticoline.pt.

Artigo 3º- Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da entidade adjudicante, em reunião realizada em 02 de novembro de 2023.

CAPÍTULO II - FASE DE CANDIDATURAS

Artigo 4º- Esclarecimentos, retificação sobre as peças do procedimento e erros ou omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito, ao órgão competente para a decisão

- de contratar no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas ou propostas, consoante o caso, na plataforma eletrónica identificada em 1 do artigo 7º.
2. No mesmo prazo previsto no número anterior, deverá ser apresentada lista na qual se identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados.
 3. A apresentação da lista na qual identifiquem expressa e inequivocamente os erros e as omissões das peças do procedimento detetados devem respeitar o previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 50º do CCP.
 4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve:
 - a) Prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) Pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceite.
 5. A prestação dos esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e omissões referidos no número anterior serão notificados através da plataforma eletrónica identificada em 1 do artigo 7º, ficando disponíveis para consulta na sede da Atlânticoline, S.A.
 6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
 7. O órgão competente para a decisão de contratar pode oficiosamente proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos dentro do prazo fixado no n.º 4 ou até ao final do prazo de apresentação de candidaturas ou propostas.

Artigo 5º- Candidaturas

1. Apenas podem ser candidatos no presente concurso os estaleiros de construção naval nacionais dos Estados-membros da União Europeia ou neles estabelecidos e das Partes Contratantes do Acordo do Espaço Económico Europeu e da Organização Mundial do Comércio, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
2. É permitida a apresentação de Candidatura por um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre os membros que o compõem exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da Proposta.

3. No caso de o Candidato ser um agrupamento, um dos seus membros deverá ser, obrigatoriamente, um estaleiro de construção naval nacional de um dos Estados-membros da União Europeia ou neles estabelecidos e das Partes Contratantes do Acordo do Espaço Económico Europeu e da Organização Mundial do Comércio, que não se encontre em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
4. As entidades que compõem o agrupamento devem designar um Representante Comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente Procedimento, incluindo a assinatura da Proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos por cada uma das entidades que o compõem.
5. Os candidatos devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as candidaturas que tenham sido assinadas e recebidas até à data-limite para a apresentação das mesmas.
6. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, podendo apresentar nova candidatura dentro daquele prazo.

Artigo 6º- Documentos que constituem as candidaturas

1. A candidatura será constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Declaração do Candidato**, elaborada em conformidade com o modelo constante de **Anexo I** ao presente Programa;
 - b) Procurações e instrumentos de mandato, incluindo, se aplicável, os referidos no número 4 do artigo anterior;
 - c) Declaração indicando o(s) representante(s) do Candidato ou, em caso de agrupamento, o Representante Comum, incluindo endereço, telefone, telefax e email para efeitos de comunicações e notificações no âmbito do presente procedimento;
 - d) Declaração através da qual os terceiros subcontratados, se aplicável, se comprometem, incondicionalmente, a realizar as prestações objeto do contrato a celebrar que lhes incumbem;
 - e) Cópia certificada do Relatório e Contas e respetiva certificação legal de contas, quando a ela a sociedade esteja obrigada, relativa aos 3 (três) últimos exercícios para demonstração do cumprimento dos requisitos mínimos exigidos;

- f) Declaração do Candidato que indique, em relação aos últimos três anos, o volume global dos seus negócios e o volume global relativo à construção naval;
 - g) Listagem descritiva das construções navais executadas nos últimos 3 (três) anos, especificando as características principais das embarcações a que se refere o artigo 11º, n.º 1, alínea a), ponto i, elaborada nos termos previstos no número seguinte;
 - h) Listagem descritiva das construções navais coordenadas, por um membro do seu quadro de pessoal, nos últimos 3 (três) anos, especificando as características principais das embarcações a que se refere o artigo 11º, n.º 1, alínea a), ponto iv, elaborada nos termos previstos no número seguinte;
 - i) Documentos facultativos que os Candidatos considerem conter outros elementos relevantes para a apreciação da sua competência técnica e experiência no domínio da construção naval.
2. As listagens referidas nas alíneas g) e h) do número anterior deverão conter os seguintes elementos relativamente apenas às embarcações a que se refere o artigo 11º, n.º 1, alínea a), ponto i e iv:
- a) Características principais de cada embarcação, com indicação de:
 - i. Tipo de Navio;
 - ii. Dimensões principais (comprimento fora-a-fora, boca e pontal);
 - iii. Potência dos motores propulsores e descrição do sistema propulsor;
 - iv. Velocidade;
 - v. Arranjo geral.
 - b) Montante global de cada construção;
 - c) Identificação do destinatário/adquirente;
 - d) O prazo e o local de cada construção, bem como a forma como decorreu a sua execução; e
 - e) Declarações comprovativas dos destinatários/adquirentes dos fornecimentos efetuados, em conformidade com os contratualizados, nomeadamente quanto às características dos navios, qualidade de construção e prazos contratuais de entrega.
3. No caso de, na ordem jurídica do país de origem do Candidato, não existir documento idêntico a qualquer um dos requeridos, pode o mesmo ser substituído por declaração sob compromisso de honra feita pelo Candidato perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.

4. As declarações referidas nos números anteriores deverão ser assinadas pelo Candidato ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
5. No caso de o Candidato ser um agrupamento, devem ser observadas as seguintes regras, sob pena de exclusão da candidatura:
 - a) Deverá acompanhar a candidatura uma declaração em que se especifique a composição do agrupamento, com indicação da percentagem de participação de cada entidade e na qual, ainda, cada um dos membros assuma a responsabilidade solidária perante a Entidade Adjudicante pela manutenção da candidatura e da proposta e, em caso de adjudicação, se obrigam a, antes da celebração do contrato, assumir a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária;
 - b) Todas as declarações que constituem a candidatura, bem como a referida na alínea anterior, deverão ser assinadas por representante(s) de cada um dos membros do agrupamento ou pelo Representante Comum, nomeado nos termos do n.º 4 do artigo 5º;
 - c) Os documentos referidos nas alíneas e), f), g), h) e i) do n.º 1 devem ser apresentados, pelo menos, por um ou alguns dos membros do agrupamento.
6. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, todos os documentos da Candidatura serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em outra língua estrangeira, devendo o Candidato, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente certificada, prevalecendo a tradução sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos.
7. Tendo em consideração a especificidade técnica dos documentos da candidatura previstos nas alíneas b), e), g), h) e i) do n.º 1 do artigo 6º, o Candidato poderá apresentar os mesmos em língua inglesa.

Artigo 7º- Modo de Apresentação da Candidatura

1. Para efeitos do disposto no artigo 35º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, os documentos que constituem a candidatura, a solução ou a proposta são apresentados diretamente em plataforma eletrónica utilizada pelas entidades adjudicantes regionais, acessível sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN iCloud Solutions, Lda.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, caso não seja possível ou tecnicamente aconselhado o envio de documentação através da referida plataforma, (i.e, modelos e maquetes), a mesma poderá ser entregue nas instalações sede da entidade adjudicante.
3. Nos casos referidos no número anterior, a entrega de documentos que constituem a candidatura devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita “Candidatura – Construção de dois navios elétricos para o transporte de passageiros e viaturas para operar na Região Autónoma dos Açores”, indicando-se o nome ou a denominação social do candidato ou, se for o caso, dos membros do agrupamento candidato.
4. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, a entidade adjudicante aceita a apresentação de candidaturas e propostas de acordo com o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP).

Artigo 8º- Data limite para a apresentação das candidaturas

1. As candidaturas terão de ser entregues até ao 30º dia após a data do envio para o Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias do aviso de abertura do procedimento, através da plataforma eletrónica identificada no n.º 1 do artigo 7º, nomeadamente até às 18.00 horas daquele dia.
2. Nas situações previstas no n.º 2 do artigo anterior, os documentos referentes às candidaturas podem ser entregues diretamente ou enviadas por correio registado, devendo, em qualquer caso, a receção ocorrer dentro do prazo e no local resultantes do disposto no número anterior.
3. Não são aceites candidaturas entregues por fax ou correio eletrónico.

Artigo 9º- Lista de candidatos e consulta das candidaturas apresentadas

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procede à publicitação da lista dos candidatos na plataforma.
2. Os candidatos incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as candidaturas apresentadas na referida plataforma.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista de candidatos pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua candidatura.

4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 10º- Modelo e critério de qualificação

1. É adotado no presente procedimento o Modelo Simples de Qualificação previsto no artigo 179º do Código dos Contratos Públicos, nos termos do qual serão qualificados todos os Candidatos que preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira.
2. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o Candidato recorra a terceiras entidades, a capacidade destas apenas aproveita àquele na estrita medida das prestações objeto do contrato a celebrar que essas entidades se comprometam a realizar.
3. Considera-se que equivale ao preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade financeira a apresentação de declaração bancária conforme modelo constante do **Anexo V** ao presente Programa, ou, no caso de o Candidato ser um agrupamento, um dos membros que o integra ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado Membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado.
4. A Atlânticoline deverá tomar a decisão de qualificação e notificá-la aos candidatos no prazo máximo de 60 dias úteis, após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

Artigo 11º- Requisitos de capacidade técnica e financeira

1. Para efeitos de prévia qualificação, os Candidatos deverão preencher os seguintes requisitos mínimos:
 - a) Capacidade Técnica:
 - i. Ter construído e entregue, nos **últimos 3 (três) anos, pelo menos 1 (um) navio de passageiros, híbrido elétrico com baterias (*battery powered hybrid electric*) ou 100% (cem por cento) elétrico**, com comprimento de fora a fora mínimo de 35 metros, no valor unitário igual ou superior a € 8.000.000,00 (oito milhões de euros), sendo pelo menos um dos referidos navios classificado como tipo: Cruzeiro, passageiros de acordo com a Directiva

2009/45/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio de 2009, ou SOLAS;

- ii. Comprovativo de existência e utilização de um sistema de garantia de qualidade (ISO);
- iii. Comprovativo de existência e utilização de um sistema de gestão ambiental;
- iv. Possuir, nos seus quadros de pessoal, pelo menos um técnico com experiência curricular de direção e/ou coordenação técnica de construção, nos **últimos 3 (três) anos, pelo menos 1 (um) navio de passageiros pelo menos 1 (um) navio de passageiros, híbrido elétrico com baterias (*battery powered hybrid electric*) ou 100% (cem por cento) elétrico**, com comprimento de fora a fora mínimo de 35 metros, no valor unitário igual ou superior a € 8.000. 000,00 € (oito milhões de euros), sendo pelo menos um dos referidos navios classificado como tipo: Cruzeiro, passageiros de acordo com a Directiva 2009/45/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio de 2009, ou SOLAS.

b) Capacidade Financeira:

- i. Requisito mínimo traduzido pela expressão matemática constante do **Anexo II** ao presente Programa, considerando um valor de $f = 1,5$, ou, em alternativa, a apresentação dos documentos previstos no n.º 3 do artigo 179º do Código dos Contratos Públicos;
 - ii. Autonomia financeira (capital próprio / ativo), de pelo menos 20%, de acordo com o último relatório e contas aprovado;
 - iii. Volume de construção anual médio nos últimos 5 (cinco) anos, igual ou superior a € 20.000.000,00 (vinte milhões euros);
2. O preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira será comprovado pela avaliação dos documentos referidos no n.º 1 do artigo 6º.
3. No caso de o Candidato ser um agrupamento, a observância dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira indicados no n.º 1 obedecerá às seguintes regras:
- a) Os requisitos de capacidade técnica podem ser preenchidos apenas por um ou alguns dos membros do agrupamento, individual ou conjuntamente;

- b) Os requisitos de capacidade financeira podem ser preenchidos apenas por um ou alguns dos membros do agrupamento, individual ou conjuntamente;

CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS CANDIDATURAS

Artigo 12º- Análise das candidaturas

1. O Júri do concurso analisa as candidaturas para efeitos da qualificação dos respetivos candidatos.
2. O preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica e da capacidade financeira referidos no artigo 11º é comprovado pela análise dos elementos constantes dos documentos destinados à qualificação dos candidatos, conforme exigido no artigo anterior.

Artigo 13º- Relatório preliminar da fase de qualificação

1. Após a análise das candidaturas e a aplicação às mesmas do critério de qualificação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a qualificação dos candidatos.
2. No relatório preliminar que se refere o número anterior, o Júri deve também propor a exclusão das candidaturas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 184º do CCP.

Artigo 14º- Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os candidatos para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 15º- Relatório final da fase de qualificação

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 186º do CCP.

Artigo 16º- Dever de qualificação

1. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de qualificação e notifica-a aos candidatos no prazo máximo de 30 dias após o termo do prazo para apresentação das candidaturas.

2. Os candidatos qualificados passam à fase seguinte em condições de igualdade.

Artigo 17º- Notificação da decisão de qualificação

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os candidatos da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final da fase de qualificação mencionado em 15º.

CAPÍTULO IV - FASE DAS PROPOSTAS

Artigo 18º- Convite

Com a notificação da decisão de qualificação, é enviado aos candidatos qualificados um convite à apresentação de propostas.

Artigo 19º- Critério de adjudicação

1. A adjudicação é efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o modelo de avaliação constante do Anexo III ao presente Programa, que dele faz parte integrante.
2. Em caso de empate, o critério de desempate é o fator preço mais baixo.

Artigo 20º- Proposta

1. Na apresentação da proposta, cada Concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta é constituída pelos seguintes elementos:
 - a) **Declaração do Concorrente** de aceitação do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa de Procedimento;
 - b) **Proposta Comercial**, constituída pelos documentos exigidos no n.º 5 do presente artigo;
 - c) **Proposta Técnica**, constituída pelos documentos exigidos no n.º 6 do presente artigo;
 - d) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, se aplicável.
 - e) Quaisquer outros documentos que o Concorrente queira apresentar por os considerar indispensáveis para demonstrar os atributos da sua proposta.
3. A declaração referida na alínea a) do ponto anterior deve ser assinada pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento Concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 2 deve ser assinada por representantes de cada membro do Agrupamento ou pelo representante comum dos membros que o integram.
5. A **proposta comercial** deverá ser constituída pelos seguintes documentos e elementos:
 - a) **Declaração do Preço Global**, incluindo **nota justificativa do preço**, indicando os preços por Navio relativos, pelo menos, aos seguintes itens:
 - i. Projeto de construção dos navios e seu desenvolvimento;
 - ii. Realização de ensaios, testes e provas de tanque;
 - iii. Aprovação do projeto de construção por Sociedade Classificadora membro da IACS e autoridades nacionais portuguesas;
 - iv. Casco e superestruturas;
 - v. Sistema de propulsão;
 - vi. Equipamentos auxiliares;
 - vii. Equipamentos eletrónicos de navegação e comunicações;
 - viii. Instalação elétrica;
 - ix. Equipamento de convés;
 - x. Meios de segurança, incluindo meios de combate a incêndios e meios de salvamento;
 - xi. Mobiliário para a zona de comando das embarcações e acomodação de tripulantes e passageiros;
 - xii. Certificação e legalização dos navios por Sociedade Classificadora membro da IACS e autoridades nacionais portuguesas;
 - xiii. Provas;
 - xiv. Seguros.
 - b) Indicação do **plano de pagamentos**, que terá obrigatoriamente de obedecer ao artigo 23 do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão.
6. A **proposta técnica** deve ser instruída com os seguintes documentos e elementos, organizados pela ordem, e de acordo com as alíneas, que de seguida se indicam:
 - a) **Declaração do prazo proposto** para a construção e entrega de cada um dos navios objeto do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento, **o qual não poderá ser superior a quinze de dezembro de 2025.**

- b) **Plano de trabalhos e planeamento da construção**, incluindo a sequência das principais tarefas a executar, por navio, com indicação dos prazos de execução das seguintes tarefas, tendo em conta o prazo constante da proposta comercial:
- i. Desenvolvimento do projeto de construção e realização de testes e ensaios e provas em tanque, incluindo as respetivas aprovações pela Sociedade Classificadora membro da IACS e autoridades nacionais competentes;
 - ii. Programa das consultas e encomendas de materiais, máquinas e equipamentos;
 - iii. Programa dos trabalhos de traçagem, corte do aço e demais ligas, prefabricação, montagens, soldaduras entre blocos, aprestamento e acabamentos do navio;
 - iv. Programa das provas durante a construção e provas finais;
 - v. Programa e cronograma de formação e familiarização da tripulação do navio.
- c) **Cronograma de afetação dos meios humanos e técnicos** à construção, por navio, com indicação dos principais responsáveis;
- d) Declaração do Concorrente, mencionando os **trabalhos que pretende subcontratar, e declaração dos terceiros a subcontratar**, através da qual se comprometem, incondicionalmente, a realizar as prestações objeto do contrato a celebrar que lhes incumbem;
- e) **Memórias descritivas desenvolvidas**, por navio, acompanhadas dos **Desenhos de Arranjo Geral elaborados pelo concorrente** à escala 1/50, com a mesma sistematização das Memórias Descritivas de Referência em anexo ao Caderno de Encargos, tendo em atenção que o Equipamento e o Aparelho de ambos os navios têm de ser iguais, com os seguintes anexos:
- i. **Projetos das rampas para viaturas**;
 - ii. **Projetos de Arranjo de interiores**, coerentes com a Memória Descritiva de Referência anexa ao Caderno de Encargos, bem como com a imagem institucional da Atlânticoline, S.A.;
- f) **Resultados dos cálculos de estabilidade intacta e em avaria**, por navio, apresentando os documentos comprovativos;
- g) **Lista dos equipamentos principais**, por navio, coerente com a Memória Descritiva de Referência anexa ao Caderno de Encargos, com descrição dos modelos,

- características técnicas principais, prazos de garantia (não inferior a 2 anos), acompanhados dos respetivos catálogos e manuais técnicos de operação;
- h) Resultados de cálculos de simulações matemáticas quanto às velocidades (16 a 18 nós) e manobrabilidade (lemes / propulsores de proa), apresentando os documentos comprovativos;
- i) Cálculo da potência preliminar dos sistemas elétricos de propulsão, para a velocidade contratual;
- j) Estimativa das várias potências elétricas (propulsão, manobra, sistemas de segurança) e do consumo elétrico global por hora (kW.h), para a velocidade de serviço, com base no perfil operacional descrita no Anexo 5 do Caderno de Encargos;
- k) Estimativa da capacidade das baterias principais (em minutos) para garantia da autonomia contratual para a velocidade de serviço, em conformidade com o Anexo I do Caderno de Encargos;
- l) Declaração da qual conste a **velocidade a 85% (MCR) e a 100% (MCR)**, em condições de nível 3 da escala *Beaufort*, por navio;
- m) Declaração da qual constem os resultados dos **ensaios, testes e provas de conforto**, por navio, de acordo com os critérios da norma ISO 2631-3:
- i. Tempos de exposição, para uma percentagem de enjoo de 10% dos passageiros, em função da altura significativa da onda a incidir a $\pm 90^\circ$ a uma velocidade de 16 nós considerando um espectro de onda Pierson-Moskowitz $T_p=7,0 - 13m5sec$:
- Altura Significativa da onda - 3 a 4 m - Critério de Aceleração Vertical (RMS) – 0,1 g;
 - Altura Significativa da onda - 2 a 3 m - Critério de Aceleração Vertical (RMS) – 0,08 g;
 - Altura Significativa da onda - 1 a 2 m - Critério de Aceleração Vertical (RMS) – 0,05 g.
7. A proposta técnica apresentada deve respeitar as características, especificações e requisitos técnicos mínimos previstos nos anexos do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão.
8. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a **proposta são redigidos em língua portuguesa.**

9. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 58º do Código dos Contratos Públicos (CCP), os documentos referidos nas alíneas b), c) e f), do n.º 6 podem ser apresentados em **língua portuguesa ou inglesa**.
10. **O prazo de validade da proposta** será de 120 (cento e vinte) dias a contar da data-limite para a sua entrega.

Artigo 21º- Modo de Apresentação das Propostas

A proposta e os documentos que a constituem são apresentados diretamente na plataforma eletrónica identificada no n.º 1 do artigo 7º, através de meio de transmissão escrita e eletrónica.

Artigo 22º- Data limite para a apresentação das propostas

As propostas podem ser apresentadas até às 18:00 do 44.º dia de calendário seguinte ao do envio do convite para apresentação de propostas, através da plataforma eletrónica referida no artigo 7º.

Artigo 23º- Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. No dia seguinte imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, será publicitada a lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e devidamente identificada no artigo 7º.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 9º do presente programa.

Artigo 24º- Análise e exclusão das propostas

1. Após análise das propostas, o Júri do procedimento elaborará relatório fundamentado, nos termos do disposto no artigo 146º do CCP, na sua atual redação.
2. São consideradas inaceitáveis as propostas que:
 - a) Impliquem um preço contratual superior ao preço base fixado, entendendo-se por preço contratual o preço da proposta apresentada;

- b) Existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- c) Não estejam assinadas eletronicamente pelo responsável ou seu representante;
- d) Não apresentem preço para a totalidade dos bens a fornecer.

Artigo 25º- Audiência prévia

1. Após análise das propostas, o Júri do procedimento elaborará relatório preliminar fundamentado, nos termos do disposto no artigo 147º do CCP, na sua atual redação, para efeitos de audiência prévia.
2. Se da audiência prévia resultar uma necessidade de alteração da ordenação classificativa das propostas, ou exclusão de propostas não previstas no relatório preliminar, haverá lugar a nova audiência prévia, antes da emissão de relatório final de análise das propostas.

Artigo 26º- Relatório final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

CAPÍTULO V - HABILITAÇÃO

Artigo 27º- Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme anexo III ao Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, do qual faz parte integrante;

- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do CCP, nomeadamente certidões do registo criminal do adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções e, declarações de não dívida à Segurança Social e às Finanças (ou respetivas autorizações para consulta de dados);
 - c) Documento comprovativo de que se encontra devidamente licenciado para o exercício da atividade de construção naval, emitido pelas autoridades competentes do respetivo Estado onde está instalado ou onde exerce a atividade; ou declaração das autoridades nacionais competentes que atesta a não exigência de licenciamento específico da atividade de construção naval;
 - d) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, nos termos exigidos no n.º 9 do artigo 81º do CCP;
 - e) Documentos comprovativos de que possui um volume de negócios anual mínimo que garanta a execução do contrato, designadamente contas anuais demonstrativas do rácio entre ativos e passivos;
 - f) Documentos comprovativos de que possui um volume de negócios anual mínimo nas atividades abrangidas pelo objeto do contrato que garanta a respetiva execução;
 - g) Documentos comprovativos de possuírem seguro de responsabilidade civil por riscos profissionais;
 - h) Documento comprovativo de que dispõe de recursos humanos e técnicos para assegurar a boa execução do contrato;
 - i) Documento comprovativo de que os recursos humanos e técnicos de que dispõe, detêm experiência profissional adequada à boa execução do contrato;
 - j) Referências comprovadas, relativas a contratos executados nos últimos 3 anos, que demonstrem um nível suficiente de experiência adequada à boa execução do contrato.
2. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos nos números anteriores devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do convite ou do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente

exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

4. No caso de se verificar alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que impliquem a caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante concederá um prazo de 5 (cinco) dias úteis ao adjudicatário para a respetiva supressão.

Artigo 28º- Idioma dos documentos de habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve a entidade adjudicatária fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 29º- Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado no presente programa de concurso.
2. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional de cinco dias para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 30º- Falsidade de documentos e declarações

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de quaisquer documentos de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

CAPÍTULO VI - CONTRATO

Artigo 31º- Minuta do contrato

1. A minuta do contrato será enviada, juntamente com a decisão de adjudicação, à adjudicatária, através da plataforma eletrónica utilizada pela Atlanticoline, S.A, nos termos do presente programa de concurso, para aceitação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pela adjudicatária quando haja aceitação expressa ou quando em relação à mesma não seja apresentada reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 32º- Celebração do contrato

1. O contrato deverá ser celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou do conhecimento sobre a decisão da reclamação, sem prejuízo do previsto no n.º 1 do artigo 104º do CCP.
2. O contrato é reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático.
3. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, é da exclusiva responsabilidade da adjudicatária.

Artigo 33º- Não outorga do contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54º do CCP e no artigo 5º do presente programa de concurso.
2. No caso previsto no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente à do adjudicatário.
3. No caso previsto no n.º 1, poderá ser instaurado ao concorrente selecionado um processo de contraordenação, nos termos consignados nos artigos 455º e seguintes do CCP.

Artigo 34º- Caução

1. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada, no valor correspondente à percentagem do preço contratual que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 43º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, será fixada por via do decreto legislativo regional que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores.
2. A caução poderá revestir uma das seguintes modalidades:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da ATLÂNTICOLINE, SA, nos termos do modelo constante do **Anexo VI** ao presente Programa, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos **Anexos VII e VIII** ao presente Programa, que dele fazem parte integrante.

Artigo 35º- Preço Base

1. O presente procedimento tem um preço base de € 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões euros), para os dois navios, não podendo o preço unitário de cada navio exceder os € 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil euros).
2. Por preço base entende-se o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato de construção a celebrar.

Artigo 36º- Preço anormalmente baixo

1. Considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 30% ou mais inferior àquele.
2. Nenhuma proposta será excluída com fundamento no facto de dela constar um preço anormalmente baixo sem antes ter sido solicitado, pela entidade adjudicante, ao respetivo concorrente, por escrito, que, em prazo adequado, preste esclarecimentos justificativos relativos aos elementos constitutivos da proposta que considere relevantes para esse efeito.
3. O concorrente será excluído no caso de os meios de prova apresentados não serem satisfatoriamente esclarecedores dos baixos preços apresentados ou dos custos propostos, sem prejuízo da entidade adjudicante dever tomar em consideração as justificações apresentadas, designadamente:
 - a) Aos dados económicos do processo de fabrico, dos serviços prestados ou do método de construção;
 - b) Às soluções técnicas escolhidas ou quaisquer condições excecionalmente favoráveis de que o concorrente disponha para o fornecimento dos produtos ou para a prestação dos serviços ou para execução das obras;
 - c) À originalidade das obras, fornecimentos ou serviços propostos pelo concorrente;
 - d) Ao cumprimento das obrigações a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.
 - e) Ao cumprimento das obrigações que decorrem para o adjudicatário relativamente a subcontratantes, quando existirem;
 - f) À possibilidade de obtenção de um auxílio estatal pelo concorrente.

4. Sempre que se determine que o preço anormalmente baixo resulta de modo individual ou conjugado do incumprimento do disposto na alínea d) do número anterior, a proposta é excluída.
5. Sempre que se determine que o preço anormalmente baixo resulta do facto do concorrente ter obtido um auxílio estatal, a proposta só pode ser excluída por esse fundamento, se, uma vez consultado o concorrente, não provar, num prazo suficiente a fixar pela entidade adjudicante regional, que o auxílio de estado foi compatível com o mercado interno, não sendo, por isso, suscetível de falsear ou ameaçar falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou produções.

Artigo 37º- Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 38º- Comunicações e Notificações

1. Todas as comunicações entre a Atlânticoline ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário, até à assinatura do contrato objeto do presente procedimento, devem ser **escritas e redigidas em português**.
2. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:
 - a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
 - b) Na data constante do relatório de transmissão bem-sucedido, quando efetuado através de telecópia, salvo o disposto no número seguinte;
 - c) Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
 - d) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.
3. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a Atlânticoline, SA. ou o Júri e que sejam efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Artigo 39º- Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, por quem tem poderes, que, inequivocamente, forma a vontade e vinculam o candidato ou concorrente.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, para obrigar o candidato ou concorrente, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, que comprove inequivocamente que tem poderes para obrigar, em representação do candidato ou concorrente (certidão permanente onde conste os poderes para representar e /ou procuração, quando aplicável).
4. A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as candidaturas e propostas, bem como a não apresentação do(s) documento(s), conforme referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

Artigo 40º- Despesas e Encargos do candidato ou concorrente

Constituem encargos do candidato ou do concorrente as despesas inerentes à elaboração da candidatura ou da proposta.

Artigo 41º- Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso, aplica-se o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como pelo Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, e pela Portaria da RAA n.º 23/2016, de 04 de março.

ANEXO I – DECLARAÇÃO

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DO
PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

DECLARAÇÃO

1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado conhecimento das peças do procedimento de «CONSTRUÇÃO DE DOIS NAVIOS ELETRICOS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS PARA OPERAR NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES», promovido pela ATLÂNTICOLINE, SA, vem por este meio apresentar a respetiva candidatura, juntando em anexo, para o efeito, os seguintes documentos destinados à qualificação (2):

a)

b)

2- Para o efeito declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (6) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (9);

- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua atual redação, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, na redação conferida pelo Código dos Contratos Públicos e no n.º 1 do artigo 460.º do mesmo código. (11);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (12);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de- obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (13);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (14) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (15)] (16):
 - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da candidatura apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento

adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (17)].

1. Aplicável apenas a candidatos que sejam pessoas coletivas.
2. Enumerar todos os documentos que constituem a candidatura, para além desta declaração, indicados no programa do procedimento.
3. Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
4. Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
5. Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva. singular ou pessoa coletiva.
6. Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
7. Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
8. Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
9. Declarar consoante a situação.
10. Declarar consoante a situação.
11. Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
12. Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
13. Declarar consoante a situação.
14. Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
15. Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
16. Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
17. Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 168.º

ANEXO II – CAPACIDADE FINANCEIRA

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 10.º DO
PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

1- O requisito mínimo de capacidade financeira é traduzido pela seguinte expressão matemática:

$$V * t \leq R * f$$

sendo:

V — o preço base – 25.000.000,00 €;

t — a taxa de juro EURIBOR, a seis meses, acrescida de 200 pontos base, divulgada à data da publicação do anúncio do concurso no Diário da República;

R — o valor médio dos resultados operacionais do candidato nos últimos três exercícios, calculado com recurso à seguinte função:

$$R = \frac{\sum_{i=1}^3 EBITDA(i)}{3}$$

sendo:

EBITDA (i) — os proveitos operacionais deduzidos das reversões de amortizações e ajustamentos e dos custos operacionais, mas sem inclusão das amortizações, dos ajustamentos e das provisões, apresentados pelo candidato no exercício i, sendo este um dos três últimos exercícios concluídos, desde que com as respetivas contas legalmente aprovadas;

f — fator igual a 1,5.

2 - No caso de o candidato se ter constituído há menos de três exercícios, para efeitos do cálculo de R só são tidos em conta os resultados operacionais do candidato nos exercícios concluídos, sendo o denominador da função adaptado em conformidade.

ANEXO III – AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS PROPOSTAS

(A QUE SE REFERE O ARTIGO 20.º DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS PROPOSTAS

Fatores	Ponderação	Método de Cálculo e Pontuação
Preço	50%	<p>A classificação deste fator (P) será obtida através da seguinte expressão:</p> $P = \text{PREÇO_BASE} / \text{PP} \times 100$ <p>Sendo: PREÇO_BASE: €25.000.000,00; PP: valor da proposta em apreciação.</p>
Data Entrega	20%	<p>Este fator (D) será ponderado e pontuado de acordo com a seguinte designação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Até 15/11/2025 = 100%• De 16/11/2025 até 30/11/2025 = 75%• De 01/12/2025 até 15/12/2025 = 50%• A partir de 16/12/2025 = 0%
Redundância	30%	<p>Este fator (R) será ponderado e pontuado de acordo com a seguinte designação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Aplicação de sistema de redundância para fornecimento de energia para sistema de propulsão em caso de emergência (gerador a e-metanol) = 100%• Não apresentação de sistema = 0%
TOTAL	100%	<p>PONTUAÇÃO TOTAL $P \times 0,50 + D \times 0,20 + R \times 0,30$</p>

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART. 57º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso limitado por prévia qualificação «CONSTRUÇÃO DE DOIS NAVIOS ELECTRICOS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS PARA OPERAR NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES», promovido pela ATLÂNTICOLINE, SA, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua atual redação, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, na redação conferida pelo Código dos Contratos Públicos e no n.º 1 do artigo 460.º do mesmo código (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das

normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

1. Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

2. No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

3. Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 3, 4, 5 e 6 do artigo 57.º

4. Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

5. Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

6. Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

7. Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

8. Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

9. Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

10. Declarar consoante a situação.

11. Declarar consoante a situação.
12. Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
13. Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
14. Declarar consoante a situação.
15. Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
16. Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
17. Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
18. Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO BANCÁRIA

PROCEDIMENTO DE CONSTRUÇÃO DE DOIS NAVIOS ELECTRICOS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS PARA OPERAR NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
(cujo anúncio foi publicado no Diário da República de ..., e no Jornal Oficial da União Europeia de ...)

... (designação, número de identificação fiscal e sede) (adiante, instituição de crédito), neste acto representada por... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de... (qualidade em que declara: representante legal, procurador ou outra), com poderes para o acto, declara, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos e da eventual adjudicação da proposta que... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) (adiante, candidato) venha a apresentar no referido procedimento, o seguinte:

- a) A instituição de crédito obriga-se, perante o candidato e ATLÂNTICOLINE, SA, pessoa coletiva n.º 512 091 773, com sede na Rua Conselheiro Miguel da Silveira, 31 - Matriz - 9900 – 114 – Horta, Ilha do Faial, Açores, a pôr à disposição do candidato todos os meios financeiros previsivelmente necessários ao integral cumprimento das obrigações resultantes do contrato a celebrar no caso de a adjudicação recair sobre a proposta a apresentar;
- b) Em cumprimento da obrigação prevista no número anterior, que vigora desde o início do prazo de vigência do contrato, a instituição de crédito atribui ao candidato uma linha de crédito que o habilita a sacar, para o efeito da execução do contrato, os referidos meios financeiros;
- c) A emissão, a validade e a eficácia da presente declaração e a constituição, a modificação e a extinção, a qualquer título, das obrigações por ela constituídas, são integralmente disciplinadas pela legislação portuguesa aplicável.

... (local),... (data),... (assinatura).

ANEXO VI – MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ARTIGO 35.º)

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro será efetuado no Banco, à ordem da ATLÂNTICOLINE, SA, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros _____ €

Vai _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], depositar na _____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco _____ [identificar Banco] a quantia de _____ [por algarismos e por extenso] em dinheiro, como caução exigida para o procedimento de concurso limitado por prévia qualificação para a «CONSTRUÇÃO DE DOIS NAVIOS ELECTRICOS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS PARA OPERAR NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES», promovido pela ATLÂNTICOLINE, SA, nos termos do respetivo Programa do Concurso. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da ATLÂNTICOLINE, SA, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

(Local e data) (Assinatura)

ANEXO VII – GARANTIA BANCÁRIA

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA B) DO ARTIGO 35.º)

GARANTIA BANCÁRIA

À ATLÂNTICOLINE, SA:

O _____ [Banco], com sede em _____ [morada], com o capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva número _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representada por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)], vem prestar, por conta e a pedido de _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], como adjudicatário do procedimento de concurso limitado por prévia qualificação para a «CONSTRUÇÃO DE DOIS NAVIOS ELECTRICOS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS PARA OPERAR NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES», promovido pela ATLÂNTICOLINE, SA, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da ATLÂNTICOLINE, SA, até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, à ATLÂNTICOLINE, SA, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem

possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos do referido concurso.

Caso alguma das disposições da presente Garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afectará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Local e data] [Assinatura]

ANEXO VIII – MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ARTIGO 35.º)

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada] presta a favor da ATLÂNTICOLINE, SA, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ correspondente à caução prevista no Programa do Procedimento, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a ATLÂNTICOLINE, SA, vai celebrar, o qual tem por objeto a «CONSTRUÇÃO DE DOIS NAVIOS ELECTRICOS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS PARA OPERAR NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES» e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da ATLÂNTICOLINE, SA, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ (o adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à ATLÂNTICOLINE, SA., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente Garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local e data] [Assinatura]